

Remuneração por subsídio Um Preceito Constitucional

A remuneração por subsídio, um dos principais pontos de reivindicação, está mais perto de se tornar realidade. O Advogado-Geral da União encaminhou proposta de Projeto de Lei ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Pág. 03



ANAUNI na Câmara

A Diretoria de Assuntos Legislativos da ANAUNI tem trabalhado de forma intensa no Congresso Nacional. Um dos encontros marcantes foi com o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti. Além de apresentar a Associação como representativa da carreira de Advogado da União, os Diretores da ANAUNI colocaram a entidade à disposição da Câmara para participar do processo democrático de temas importantes para a sociedade.

Pág. 06

Nova Diretoria

Coerência, lealdade e firmeza

A Diretoria da ANAUNI faz um balanço dos primeiros meses de gestão e apresenta a pauta de trabalho que foi encaminhada ao Advogado-Geral da União. Os pilares da atual Diretoria são a negociação e o diálogo com a Administração.

Pág. 04 e 05



E mais,

Reforço nos quadros de AU

A Advocacia-Geral da União se prepara para receber os novos Advogados da União aprovados no IV Concurso Público de Ingresso.

Pág. 06

Encontro de AUs em Florianópolis

Seguindo o revezamento de regiões, o VI Encontro Nacional de Advogados da União será realizado em Florianópolis, Santa Catarina, de 11 a 16 de outubro.

Pág. 08

Diretoria da Anauni Biênio 2005/2006

Presidente:

José Wanderley Kozima (PU/SC)
presidencia@anauni.org.br

Vice-Presidente:

Max Casado de Melo (PU/GO)
vice.presidencia@anauni.org.br

Secretário:

André Augusto Dantas Motta Amaral (SGCT/GAB/AGU/DF)
secretaria.geral@anauni.org.br

Suplentes:

Bruno Moreira Fortes (CONJUR/MC/DF)
Paulo Henrique Kuhn (CONJUR/MC/DF)

Diretor de Atividades Legislativas:

Douglas Vitoriano Locateli (PGU/DF)
diretoria.legislativa@anauni.org.br

Suplentes:

José Mauro de Lima O'de Almeida (PU/PA)
Michel Amazonas Cotta (NAJ/SC)

Diretor de Comunicação:

Waldemir Ferrarez da Cunha (CGAU/DF)
diretoria.comunicacao@anauni.org.br

Suplentes:

Bruno Leonardo Guimarães Godinho (PU/BA)
Geomar André Bender (PRU4/RS)

Diretor Administrativo:

Rogério Telles C. das Neves (CONJUR/MTE/DF)
diretoria.administrativa@anauni.org.br

Suplentes:

Daniel Rocha de Farias (SGCT/GAB/AGU/DF)
Izabel Cecília de Oliveira Bezerra (PU/CE)

Diretor Social:

Marcelo Ribeiro do Val (PGU/DF)
diretoria.social@anauni.org.br

Suplentes:

Tiago Fontes Moretto (CONJUR/MT/DF)
Vitor Pierantoni Campos (PSU/NIT/RJ)

Assessoria Jurídica:

Valmir Scodro (PU/PR)
assessoria.juridica@anauni.org.br
Alexandre Alves Feitosa (PSU/PTA/PE)
Lena Barcessat Lewinski (PRU3/SP)

Assessoria Especial de Integração:

assessoria.integracao@anauni.org.br
Daniel Carlos Andrade (PRU2/RJ)
Kaoru Ogata (PRU3/SP)
Rafael Magalhães Furtado (CONJUR/MT/DF)
Rommel M. de M. Carneiro (CONJUR/MC/DF)

Assessoria Especial Para Assuntos do Consultivo:

assessoria.consultivo@anauni.org.br
Pedro Augusto R. Costa (CONJUR/MC/DF)
Diana Miranda Barros (NAJ/BA)
Renata Garcia Paiva (NAJ/RJ)

Assessoria Parlamentar – ANAUNI

assessoria.parlamentar@anauni.org.br

Assessoria de Imprensa – ANAUNI

assessoria.imprensa@anauni.org.br

Anauni Informa

Opção Comunicação

(61) 443-4123 ou 9119-8493

Jornalista Responsável:

Hosana Seiffert (MTB DF 03644)

hosana@superig.com.br

Revisão: Glória Moura

Fotografia/Editoração: Sérgio Seiffert/CFV

Colaboração: Alexandre Xavier

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica Itamaraty

Esta é uma publicação editorial da ANAUNI
Associação Nacional dos Advogados da União

Permitido o uso das informações,
desde que citada a fonte.

CLSW 303 Ed. Rhodes III Bloco B Sala 55
Setor Sudoeste - Brasília DF

(61) 344-4386 - www.anauni.org.br



A ANAUNI vive um momento frutuoso de sua existência. Cremos que isso se deve, em grande parte, à coerência, lealdade e à firmeza com que a entidade se move em direção aos seus objetivos, dentre os quais avulta-se a valorização da carreira de Advogado da União. A atual Diretoria está ampliando ainda mais o contato com as bases e tem procurado aprimorar seu sistema de informações, para o que as modificações em nosso sítio eletrônico, já em andamento, serão importantíssimas.

Nesses quatro primeiros meses de gestão, Presidente e Diretores já estiveram em visita não apenas a diversos órgãos de Brasília, mas também às Procuradorias Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Tais medidas permitem a melhor compreensão por parte dos Advogados da União da seriedade e complexidade do trabalho desenvolvido, fruto da participação e do engajamento de diretores, delegados e associados. Sem processos anabólicos ou sobressaltos, estamos crescendo não apenas no número de associados, mas diante de nossos mais diversos interlocutores, que nos vêem a cada dia como um parceiro sério, guiado pelos melhores propósitos e interesses, sempre prontos para jornadas longas.

Assim, com certo orgulho, podemos afirmar que, sem nenhum prejuízo ao cumprimento dos objetivos estatutários da ANAUNI, o ânimo de diálogo e colaboração com a Administração e as associações coirmãs apenas se fortaleceu com a mudança de Diretoria. Nesses primeiros momentos de gestão, conseguimos inclusive alinhar um acordo com representantes de algumas dessas associações, de modo a pacificar os conflitos e avançar em direção a uma valorizada advocacia pública federal.

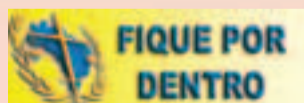
Momento de Diálogo



Infelizmente, neste caso, os compromissos assumidos restaram inexplicavelmente abandonados, o que culminou com a retirada de nosso representante do Grupo de Trabalho de discussão sobre alterações da Lei Complementar 73/93. Como nada é definitivo, esperamos que o ânimo de diálogo e entendimento volte a imperar e que os impasses sejam resolvidos ainda nesta gestão, tudo a bem do avanço institucional e das carreiras envolvidas, o que somente se dará por meio de um acordo duradouro.

Assinalamos, por fim, que, em que pese nossa disposição inesgotável para o diálogo e o entendimento - que só tende a aumentar - temos procurado deixar claro a todo momento que somos uma associação visceralmente democrática e transparente, razão pela qual todas as deliberações adotadas pelos nossos associados em assembléia devem ter, em curto ou médio prazo, o encaminhamento previsto e esperado. Neste contexto, o espírito aguerrido na defesa da Constituição tem sido a marca fundamental desta nossa Associação, que procura não tergiversar, principalmente quando se trata de princípios e regras constitucionais. Isto porque, como afirmado no discurso de posse, assim como a AGU, a ANAUNI é uma entidade plena de valores republicanos e os quer realizar, a bem da construção de um País verdadeiramente democrático e desenvolvido, alicerçado em bons fundamentos.

José Wanderley Kozima
Presidente



Associados da ANAUNI integram Comissões da OAB/DF

Três associados da ANAUNI tomaram posse como membros das Comissões da OAB/DF. Altair Roberto de Lima e Ângelo Barbosa Lovis estão na Comissão da Advocacia Pública, enquanto Manoel Batista de Oliveira Júnior assumiu uma vaga na Comissão de Direitos e Humanos.

O Advogado da União, Ângelo Lovis, elogiou a gestão da Presidente Estefânia Viveiros pelo empenho da atual diretoria da OAB em reforçar a integração dos advogados públicos entre si e com a Ordem.

A ANAUNI parabeniza os colegas e estima que eles desenvolvam um excelente trabalho junto às Comissões da OAB/DF.

Remuneração por Subsídio

mais perto de se tornar realidade



Projeto de lei que fixa subsídio para as carreiras jurídicas da União é uma realidade. A proposta foi encaminhada ao Ministério do Planejamento pelo Advogado-Geral da União.

A Constituição está mais perto de ser respeitada. O Advogado-Geral da União, ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, enviou, no mês de maio, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), proposta de Projeto de Lei que aplica o disposto no artigo 135 da Constituição Federal e institui a remuneração por subsídio devida aos ocupantes de cargos das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o artigo 46 da Medida Provisória 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Na exposição de motivos, o Advogado-Geral da União destaca a preocupação com a disparidade salarial entre as carreiras jurídicas federais, fato que tem ocasionado a migração constante dos profissionais da Advocacia-Geral da União, de seus órgãos vinculados e da Defensoria Pública da União para carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

O AGU mostra ainda que essa situação tende a se agravar com a possibilidade de aprovação de Projetos de Lei que fixam os subsídios dos cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Procurador-Geral

da República em R\$ 21.500,00 a partir de primeiro de janeiro de 2005 e R\$ 24.500,00 no ano seguinte. Há vários anos a Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI vem mostrando as distorções salariais entre as diversas carreiras e os efeitos danosos à defesa da União. “A proposta encaminhada pelo Advogado-Geral da União tende a diminuir as sensíveis disparidades atualmente existentes, envolvendo as carreiras jurídicas de âmbito federal”, analisa o Presidente da ANAUNI, José Kozima.

“Com a AGU, garantiu-se ao Estado a liberdade do exercício de sua atividade fim, sem a insegurança da falta de amparo jurídico.”

A minuta do Projeto de Lei sugere a adoção de uma tabela de subsídios com aumentos anuais entre 2005 e 2008. O objetivo é evitar impacto brusco no orçamento público. Somente daqui a três anos, os subsídios previstos irão se aproximar dos valores percebidos por outras carreiras essenciais à Justiça, isso se mantido para estas os patamares atuais. “Pelo projeto, a defasagem salarial entre os cargos jurídicos tende a durar algum tempo. Mas é um começo para que as distorções sejam diminuídas”, avalia o Presidente da ANAUNI.

Aposentadoria – O Projeto de Lei também estende o pagamento do subsídio a aposentados e pensionistas dos servidores das carreiras relacionadas pela Medida Provisória número 2.229-43.

Entenda o porquê da remuneração por subsídio

Após a promulgação da Constituição de 1988, foi criada a Advocacia-Geral da União, cabendo-lhe, através de seus membros, a representação judicial e extrajudicial da União (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário), bem como, na forma da Lei Complementar, prestar assessoramento e consultoria jurídica ao Poder Executivo.

A AGU, por seus Membros, foi inserida no Capítulo IV da Carta Política, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública, como “Função Essencial à Justiça”. Foi-lhe conferido papel e caráter institucional, como igualmente o foi ao Ministério Público.

Vale lembrar que, nos termos do § 2º do artigo 29, do ADCT, aos Procuradores da República, à época, foi facultado optar entre permanecer naquela carreira ou ingressar na Advocacia-Geral da União.

Historicamente, coube ao Ministério Público o exercício da função de representação judicial e extrajudicial da União. Tais atribuições, ora transferidas à Advocacia-Geral da União por determinação constitucional, ganharam maior *status* tendo em vista a consolidação do Estado Democrático de Direito, no qual se exige dos Poderes Públicos uma atuação conforme os ditames constitucionais, orientadores dos direitos e garantias fundamentais.

Com o nascimento da AGU, garantiu-se ao Estado a liberdade do exercício de sua atividade fim, sem a insegurança da falta de amparo jurídico, de forma a garantir a sustentabilidade normativa dos atos do Poder Executivo.

Destarte, tendo em vista a missão constitucional conferida à AGU de assegurar o efetivo funcionamento e defesa do Estado Democrático de Direito e de Justiça, considerando a notória conotação de Agentes Políticos do Estado, tardia será a fixação de subsídio para os Advogados da União.

Nova Diretoria

um balanço desde a posse

A nova Diretoria da Associação Nacional dos Advogados da União tomou posse em 1/3/2005. Quatro meses depois, a equipe tem dado mostras de que é possível prosseguir com o trabalho feito até aqui e aproveitar as experiências desses quase dez anos de existência da ANAUNI. Para o Presidente da Associação, José Wanderley Kozima, "é preciso aprender com os erros e os acertos passados e, humilde e democraticamente, imprimir rumos adequados ao momento atual".

A nova Diretoria é uma equipe plural, formada por pessoas de praticamente todos os concursos, da área consultiva e contenciosa, de norte a sul do País, todos ávidos por dar contribuição importante para o fortalecimento da carreira de Advogado da União e da Advocacia-Geral da União.

Já no momento da posse, a nova Diretoria teve oportunidade de

se reunir com o Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa e entregar, a pedido dele, uma pauta inicial de trabalho para o biênio 2005/2006. Neste mesmo encontro, o Ministro afirmou que todos os itens da pauta eram razoáveis e passíveis de encaminhamento positivo. O primeiro item da pauta foi justamente a remuneração por subsídio, cujo projeto foi encaminhado recentemente pelo Advogado-Geral da União para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Cumprido assim o Ministro com o compromisso assumido. "O acerto da decisão, que de resto apenas faz jus à biografia do Ministro, foi prontamente reconhecido pela associação", afirmou José Kozima.

Vale lembrar que a ANAUNI vem, há tempos, lutando pela remuneração por subsídio porque entende que se trata não apenas de atender a um comando constitucional explícito, o que já seria razão mais que suficiente, mas de sanar as distorções salariais há muito



Os membros da nova diretoria tomaram posse no dia primeiro de março de 2005

verificáveis e, principalmente, salvar a Advocacia-Geral da União da evasão constante de quadros altamente qualificados a que vem sendo submetida. Assim, com vistas a demonstrar a total razoabilidade tanto financeira como administrativa do projeto de lei apresentado, a ANAUNI está realizando reuniões com diversas autoridades, o que vinha se dando mesmo anteriormente ao encaminhamento, fazendo-o inclusive em conjunto com outras associações representativas de segmentos contemplados no projeto.

Da pauta de trabalho apresentada ao Ministro Álvaro, alguns itens, a exemplo da questão relativa às promoções, ainda não tiveram o encaminhamento esperado. A atual Diretoria tem confiança, entretanto, que serão atendidos em breve tempo, por tratarem de pleitos legítimos e fundados em bom direito.

Linha de atuação - Os procedimentos adotados pela ANAUNI são aqueles comuns a qualquer associação de classe: negociação e diálogo com a Administração; formalização de requerimentos administrativos; e, esgotadas as outras vias ou de antemão inviáveis, submissão das questões ao Poder Judiciário. Isto sem nenhum ânimo de disputa ou enfrentamento, nem muito menos de forma desrespeitosa, mas tão somente porque são as vias normais cabíveis num Estado de Direito.

A atual Diretoria acredita que o litígio não é o melhor caminho para a resolução de problemas porque gera sensação de injustiça e de desrespeito que acaba interferindo na motivação dos membros da carreira. Segundo a Assessoria Jurídica da ANAUNI, há um leque significativo de ações a serem ajuizadas, mas tem prevalecido a total



Discurso de posse de José Kozima



Ministro Álvaro Ribeiro parabeniza a nova gestão



Min. Álvaro Ribeiro (AGU), Min. Waldir Pires (Controladoria-Geral da União) e Dr. Moacir (PGU) prestigiam a posse da nova diretoria

tranquilidade na condução desses assuntos.

Contudo, uma associação não deve se preocupar apenas com as lutas políticas. Por isso, a Diretoria da ANAUNI tem trabalhado nas mais diversas frentes de atuação, do administrativo ao social, passando pela Assessoria Parlamentar e pelo desenvolvimento eficiente da comunicação interna e externa. O balanço que se faz, quatro meses após a posse, é positivo em todas as áreas. Prova disso é a constante e crescente adesão de novos associados, que chegam hoje a 488 pessoas. Um aumento de mais de doze por cento neste período.

Conheça a pauta de reivindicações apresentada pela Diretoria da ANAUNI ao Advogado-Geral da União

1) Remuneração

1.1) Espera-se e requer, como medida de caráter emergencial para o ano de 2005, a manutenção da GDAJ em 60%, suprimindo a parte final do inciso II do art. 7º da Lei 10910, de 15.07.2004 [*“e até 11% (onze por cento), nos termos daquele regulamento, após essa última data, observado, como limite máximo, a cada mês, o fixado para pagamento da parcela do pró-labore referida no inciso II do caput do art. 5º desta Lei”*].

1.2) Como solução definitiva, o encaminhamento de projeto de lei/ medida provisória estabelecendo a remuneração por subsídio para os membros da carreira, nos termos do art. 135 da CF/88, e artigo 26, § Único, da Lei Complementar 73/93, observados patamares semelhantes aos do Ministério Público e Magistratura da União (art. 37, XII, CF/88), ainda que isso se faça de forma escalonada, em prazo não superior, contudo, a três anos. Tal medida visa ajustar o padrão remuneratório à relevância das funções desempenhadas pelos membros da carreira, igualmente essencial à Justiça e fundamental para o Estado, evitando-se assim a constante evasão de Advogados da União e que a carreira se torne “trampolim” para outras melhor remuneradas e providas de prerrogativas.

2) Promoção

Imediata publicação das listas de antiguidade e merecimento, para fins de promoção e remoção, excluindo-se de tais listas Advogados da União que não tenham ingressado na carreira pela forma prevista no artigo 131, § 2º, da CF/88 e art. 21 da LC 73/93, ultimando-se os procedimentos, nos termos da lei e regulamentos, com a efetivação do direito à promoção (art. 24) dos que estiverem em condições de sê-lo e, inclusive, pagamento das parcelas atrasadas devidamente corrigidas.

3) Adequação do valor das diárias

Fixação do valor das diárias em patamar compatível com seu caráter indenizatório, observadas as despesas envolvidas (art. 58, Lei 8.112/90).

4) Privatividade no exercício das funções

Com vistas à estrita observância à legislação de regência e à redução de conflitos entre carreiras, com prejuízo inclusive para a evolução satisfatória dos trabalhos tendentes à modificação/substituição da LC 73/93, espera-se:

- Privatividade do Exercício das Atribuições do Cargo de Advogado da União

- Observância às Disposições do Artigo 131, da Constituição - devolução à PGF de todos os processos de Autarquias e Fundações que estão, em caráter excepcional, a cargo de PUs, PRUs e PGU desde 2000.

5) Requerimentos administrativos

Observância do prazo fixado no art. 106, da Lei 8.112/90, para a decisão em face de requerimentos administrativos formulados pelos membros da carreira. Nesta seara, a ANAUNI tem conhecimento de que há inúmeros requerimentos formulados, alguns há anos, e que ainda não foram respondidos pela AGU, a exemplo daqueles envolvendo a promoção dos Advogados da União que ingressaram nesta Instituição no ano de 1996, o pagamento de quintos, a averbação de tempo de serviço, a admissão como de serviço público do tempo de trabalho em empresas públicas e sociedades de economia mista e outros.

6) Adequação das lotações

Para fins de dar efetividade ao princípio da eficiência (art. 37, *caput*, CF), espera a imediata redefinição e adequação do quantitativo de vagas de Advogados da União nos diversos órgãos das áreas contenciosa e consultiva da AGU. A ANAUNI tem conhecimento de que algumas unidades contam com número bastante insatisfatório de Advogados da União, em face do volume de serviço existente, enquanto outras contam com número superior à necessidade do serviço.

7) Honorários de sucumbência

Regulamentação da destinação dos honorários de sucumbência, que, a teor do art. 23 da Lei 8.906/94, pertencem ao advogado e que vêm sendo apropriados pela União como receitas derivadas, sem que para tanto concorra expressa previsão legal.

8) Alternância no exercício de funções comissionadas

AANAUNI entende que o rodízio no exercício dos cargos de Chefia, mediante processo de legitimação dos membros pelo próprio grupo, é medida salutar, que incentiva o bom desempenho e promove a maior eficiência, além de prestigiar o princípio democrático.

9) Área administrativa

Realização de concurso público específico para servidores da área técnico-administrativa, selecionando profissionais objetivamente qualificados para o auxílio na atividade dos membros da carreira.

10) Criação de Procuradorias Seccionais

AANAUNI entende que devem ser realizados imediatos estudos sobre a conveniência e oportunidade de criação/reactivação de Procuradorias Seccionais, de modo que seja acompanhado o processo de interiorização da Justiça Federal e, inclusive, sejam reduzidos os custos com diárias e a exposição dos Advogados da União a riscos desnecessários decorrentes de deslocamentos.

11) Indicação do nome de Advogado da União para composição do Conselho Nacional de Justiça

Imprescindível que o Conselho Nacional de Justiça seja integrado por pelo menos um Advogado da União, em razão da relevância dos temas decididos pelo Poder Judiciário e de sua importância para a defesa dos interesses da União e das políticas públicas governamentais.



ANAUNI de olho no Congresso

Fotos: Sérgio Seiffert/CFV

Foto: Clives Sampaio/CFV



Encontro com o presidente da Câmara, com o apoio dos deputados Leonardo Mattos e Marcelo Ortiz, do PV.

A Diretoria de Atividades Legislativas da ANAUNI tem desenvolvido intensa atividade na Câmara dos Deputados e acompanhado de perto todas as ações parlamentares que interessam à sociedade no que tange à defesa do Estado e, em especial, os assuntos relevantes para a carreira de Advogados da União. Além de marcar e participar de audiências com parlamentares, a Associação se fez presente em audiências públicas e encontros de diversas Comissões do Congresso.

Para o Diretor de Atividades Legislativas da ANAUNI, Douglas Vitoriano Locateli, o maior compromisso dos Advogados da União é com o interesse público. Por isso, a Associação não pode deixar de participar da vida política do país e contribuir para o debate democrático com o Congresso Nacional.

Esse foi o tom da audiência com o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti. A ANAUNI faz questão de contribuir para que os projetos, que vão se transformar em novas leis, respeitem a Constituição e não sejam utilizados para a obtenção de vantagens indevidas por parte de quem quer que seja.

Depois de ouvir os Diretores da ANAUNI, o Presidente da Câmara colocou à disposição da entidade sua Assessoria Jurídica para estudar assuntos de interesse dos Advogados da União na luta pela defesa da Constituição, inclusive no que diz respeito à implementação de subsídios.

A ANAUNI também participou recentemente da audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados sobre os subsídios da Magistratura. Durante a audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Nelson Jobim, defendeu a viabilidade do Projeto de Lei 4.651/04, que aumenta os vencimentos dos ministros da instituição e contestou o argumento de que o reajuste provocaria um efeito cascata nos Estados. Para o Presidente do Supremo, é fundamental que sejam identificados os interesses contrários ao teto nacional absoluto. "Não interessa a fixação de teto àqueles que não querem discutir a sua



Dep. Dra. Clair (PT-PR) recebe Diretor da ANAUNI e representantes dos servidores da AGU

situação superior aos valores pretendidos aqui", disse.

A ANAUNI desenvolve trabalho no sentido de esclarecer o Congresso Nacional quanto à necessidade de se estabelecer tratamento simétrico entre as carreiras que exercem função essencial à justiça. Em todos os encontros com parlamentares ressalta ser de interesse público a fixação de subsídio para a carreira de Advogado da União. Em razão dos esclarecimentos prestados pela ANAUNI, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados deferiu, no dia 09 de junho, requerimento de audiência pública com o Advogado-Geral da União, Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, que tratará a respeito da implementação de subsídio como determina o art. 135 da Constituição. No mesmo evento, o Advogado-Geral da União também defenderá o Plano de Carreira Técnico-Administrativa, pois "é uma causa que une os servidores e a Administração da AGU, constituindo proposição da maior importância para a Instituição", salientou Álvaro Augusto Ribeiro Costa, em reunião realizada com representantes dos servidores no dia 1º de junho, último.

Registrem-se os agradecimentos da Associação Nacional dos Advogados da União aos Deputados Dra. Clair (PT-PR), Tarcísio Zimmermann (PT/RS), Leonardo Mattos (PV/MG) e Marcelo Ortiz, líder do Partido Verde, pelo apoio deferido à AGU e aos Advogados da União.

Notícias do IV Concurso

Novos AUs – Reforço aguardado ansiosamente

Com a recente divulgação do resultado final do IV Concurso Público para ingresso na carreira de Advogado da União, está cada vez mais próxima a convocação dos candidatos aprovados.

O concurso é considerado um dos mais difíceis dentre as carreiras jurídicas federais: dos 14.241 inscritos, apenas 454 lograram aprovação final. Os aprovados passaram por uma longa bateria de testes, que incluíram a aplicação de provas objetivas e subjetivas com elevado nível de complexidade, além da prova de títulos e sindicância de vida pregressa.

Os aprovados só precisam, agora, aguardar a conclusão do concurso de remoção que está em andamento, de onde sairão as vagas que lhes serão oferecidas. A previsão é que o concurso de remoção termine em meados de julho, quando também deverá ocorrer a nomeação dos aprovados.

Recentemente, estudo específico realizado pela AGU apontou a existência de mais de 470 vagas em aberto na carreira de AU, o que indica que, teoricamente, há quantidade suficiente de vagas para todos os aprovados.

União - o grupo de aprovados vem se mostrando bastante coeso. Já foram realizadas confraternizações em várias cidades do país, além da organização de grupos de visitação às Unidades da AGU. Muitos aprovados estão mantendo contato entre si através de grupo eletrônico de discussões e trocas de *e-mails*.

Há alguns meses, a ANAUNI também tem mantido contato com número expressivo de aprovados, tendo prestado informações diversas acerca do andamento do concurso e ouvido as suas angústias. Por conta disso, a Associação formalizou junto ao AGU alguns requerimentos em defesa do interesse dos aprovados, como a solicitação de concessão de prazo após a posse para a apresentação de inscrição na OAB (já que boa parte deles ocupam cargos incompatíveis com a advocacia), o requerimento de nomeação de todos os aprovados num único ato (visto que o número de vagas em aberto aponta para essa possibilidade), ou que fosse oferecida aos candidatos a opção por final de fila, para que fossem evitadas possíveis nomeações de eventuais desistentes num primeiro momento.

A ANAUNI felicita os novos colegas pela conquista da aprovação neste concurso e deseja-lhes todo o sucesso no desempenho de tão nobre função.

José Wanderley Kozima

Um jeito novo de administrar



Os primeiros concursados ingressam na AGU em 1996. José Wanderley Kozima, atual presidente da ANAUNI – Associação Nacional dos Advogados da União, passou no segundo concurso de Advogados da União, tomando posse com a turma de fevereiro/2000. Desde então, tem procurado contribuir para o fortalecimento da carreira e da instituição. Casado, pai de um menino de 9 meses, Kozima faz questão de participar ativamente da vida do filho. “Cuido dele nas primeiras horas da manhã, da troca de fraldas às atividades lúdicas e educacionais. É um dos maiores motivos de alegria”. De família oriental, metódico e observador, tem procurado imprimir um perfil ainda mais democrático à atual gestão da ANAUNI - inclusive nos temas polêmicos - e buscar o consenso que atenda aos interesses da carreira, não apenas no curto ou médio prazo.

Anauni Informa - Como começou seu envolvimento com a Associação?

Kozima - Aproximei-me da ANAUNI desde meu ingresso na AGU e mais particularmente a partir do Encontro Nacional de Advogados da União realizado em Brasília, em 2000. Na AGU, fiz inúmeros amigos e conheci pessoas muito talentosas, o que me fez querer ajudar no crescimento da carreira e da instituição. A ANAUNI, pela sua história de luta a favor da carreira e do cumprimento dos princípios e regras constitucionais, pareceu-me o espaço ideal

“A valorização da carreira de AU implicará benefícios para toda a sociedade.”

para realizar esse trabalho, razão pela qual procurei, sempre que pude, oferecer críticas e sugestões às Diretorias, como faz, aliás, grande parte dos associados.

Anauni Informa - E sua vida profissional antes de ser Advogado da União?

Kozima - Trabalho desde os 13 anos. Passei por vários empregos e locais, de office-boy e pintor de parede a advogado. Fiquei no Banco do Brasil por quase 18 anos, em São Paulo, Florianópolis, Recife e Brasília.

Anauni Informa - Conte um pouco sobre sua formação acadêmica.

Kozima - Formei-me pela PUC/SP, em 1989. Obtive o título de Mestre em Direito pela UFSC, em 1997. Advogo desde a formatura, inicialmente na advocacia privada, e dou aulas há quase dez anos em faculdades (UNIVALI, UFES, UNISUL) e cursos preparatórios.

Anauni Informa - Como compôs a sua Diretoria?

Kozima - Foi composta com indicações feitas por muitos colegas. Miramos uma representação adequada dos associados, de modo a que todos os anseios da carreira pudessem estar abrigados. Tivemos a preocupação de abrir espaços para os colegas egressos de todos os concursos (1996, 2000, 2001 e 2003) e de todas as áreas de atuação (contencioso e consultivo). Outra preocupação foi descentralizar a

atuação, assumindo a Presidência, com o fundamental auxílio do Secretário-Geral e do Vice-Presidente, uma atividade preponderantemente de coordenação e, só em casos necessários, de arbitramento.

Anauni Informa - E qual o perfil da nova gestão?

Kozima - Eu diria que o perfil da Diretoria é o de um grupo sério, engajado e bem preparado para amplas e profundas discussões, inclusive de temas polêmicos, e para a ação rápida e coordenada. Tem também como mérito a busca de consensos que atendam aos interesses da carreira e não apenas no

curto ou médio prazo. Diria, ainda, que temos um rumo traçado, que é corrigido de tempos em tempos, de acordo com o momento. O norte é a valorização da carreira e da instituição.

Anauni Informa - Quais as principais lutas da categoria?

Kozima - A principal luta é para que seja cumprida a Constituição, pois a AGU foi concebida como um órgão fundamental da estrutura da República Federativa do Brasil. Esta luta é muito mais ampla do que simplesmente benefícios para os AUs. A valorização da carreira, que deve ser alçada ao nível de reconhecimento das demais carreiras essenciais à justiça, implicará benefícios para a toda a sociedade, já que esta atuação resulta em economia e recuperação de bilhões de reais para o País, dinheiro necessário aos investimentos e à implementação das políticas públicas de que tanto depende o nosso desenvolvimento.

Anauni Informa - Quais os principais pontos de trabalho desta Diretoria?

Kozima - No dia da posse, primeiro de março, apresentamos uma agenda de trabalho para o biênio 2005/2006 ao Ministro

Álvaro. Os pontos são diversos, mas destaca-se, inicialmente, a fixação do subsídio em patamares compatíveis com as demais carreiras essenciais à justiça.

Anauni Informa - Como é o relacionamento da Direção da ANAUNI e a Administração da AGU?

Kozima - Podemos dizer que a Associação está numa excelente fase de relacionamento com os Poderes e as autoridades dentro e fora da AGU, principalmente porque a nossa atuação tem sido propositiva e séria. Nossa relação com o Ministro Álvaro é de colaboração, cordialidade e respeito, como aliás tem sido com todas as autoridades com quem temos tratado. Temos tido também uma relação de muito bom nível com o Dr. Moacir (PGU) e com Dr. Volkmer (CGU). Os demais segmentos também nos têm recebido muito

“Nossa diretoria é um grupo de discussão e ação, que implementa o que é decidido com a tranqüilidade que lhe dá uma atuação institucional e bem arejada”.

bem, principalmente porque procuramos propor soluções possíveis para nossos pleitos administrativos e reduzir os obstáculos porventura existentes.

Anauni Informa - Existem outras entidades que pretendem representar a carreira de AU. Essa divisão é ruim?

Kozima - A única associação que representa exclusivamente Advogados da União concursados para carreiras da AGU é a ANAUNI. O fato é que cada uma dessas entidades surgiu de um momento histórico e de uma necessidade específica, atendendo segmentos e pleitos determinados. Essa divisão é ruim porque ao público externo fica difícil a compreensão das diferenças e similitudes de objetivos. Temos que reconhecer, contudo, que não se trata de uma peculiaridade nossa, isso acontece com inúmeras outras carreiras. Acredito que, à medida que não mais se justificarem a existência de outras associações, o caminho natural será o da unicidade de representação.



VI Encontro Nacional dos Advogados da União

A esse você não pode faltar!

Os associados escolheram e o VI Encontro Nacional dos Advogados da União será realizado em Florianópolis, Santa Catarina, de 11 a 16 de outubro de 2005. Durante o evento, será realizado também o II Seminário Nacional sobre Advocacia de Estado, quando são expostos temas fundamentais para a advocacia pública.

O Encontro Nacional é extremamente importante para a categoria. É quando se realizam as Assembléias-Gerais ordinárias e são fixados, democraticamente, os rumos da Associação. A pauta está sendo formulada mediante consulta aos associados e deve ser divulgada pouco antes do encontro. O evento é aberto a qualquer profissional ou acadêmico interessado nos seminários e nas confraternizações. Já a Assembléia-Geral da ANAUNI é reservada apenas aos associados.

O hotel escolhido é o Jurerê Praia, que fica no litoral norte da Ilha de Santa Catarina, a 25 Km do centro de Florianópolis, com acesso principal pelas auto-pistas da rodovia SC-401. O deslocamento rodoviário ao Aeroporto



Internacional Hercílio Luz demanda, em média, 30 minutos. O pacote montado pela ANAUNI inclui, além de todas as palestras e seminários, hospedagem, alimentação, traslado e passeios - um deles para a tradicional Oktoberfest, que vai ocorrer no período do Encontro Nacional, em Blumenau.

A temperatura em Florianópolis, no mês de outubro, varia entre 20 e 22 graus durante o dia. À noite, esfria um pouco mais. A umidade relativa do ar fica em torno de 80 por cento. Em qualquer época do ano, os visitantes têm várias opções de lazer e cultura. As fortalezas, por exemplo, algumas restauradas, outras em ruínas, são consideradas o mais significativo patrimônio da Marinha brasileira em todo o Atlântico.

Fique atento. A ANAUNI vai divulgar, em breve, toda a programação do VI Encontro Nacional dos Advogados da União e as opções de pagamento.

Mais informações em nosso *site*: www.anauni.org.br.

“Participei de todos os 5 encontros realizados pela ANAUNI pois os considero uma oportunidade valiosíssima de conhecer pessoalmente os colegas. Em tempos de impessoalidade, onde só conhecemos as pessoas virtualmente pela *internet* ou por telefone, os debates democráticos e as confraternizações dos encontros nos permitem desenvolver um verdadeiro espírito de EQUIPE, tão necessário ao trabalho coletivo da defesa da União e às lutas associativas pela consolidação da nossa carreira.”

Caio Alexandre Wolff
PSU/Blumenau/SC

“Debates, discussões, risos, choros, amizades, tudo isso e muito mais num único lugar! São os Encontros Nacionais dos Advogados da União... em cada versão uma surpresa, uma lembrança diferente, um fato para guardar na memória. Eis aí a sua importância!”

Fábio Leite
PU/PB

“O Encontro é uma oportunidade ímpar, da qual todos os Advogados da União devem participar e expressar sua opinião, para que se busque, através da união dos membros da carreira, alcançar o respeito estrutural e salarial merecido. Vamos lá!!!! Florianópolis nos aguarda!!!!”

Fabiana Silva da Rocha
PRU2/RJ



Associação fecha novos convênios

A ANAUNI tem firmado vários convênios que buscam beneficiar os associados. O objetivo é proporcionar, além do atendimento diferenciado, conforto e vantagens comerciais para seus associados nas mais diversas áreas. Na relação das empresas que já são nossas parceiras encontram-se: **Banco do Brasil; UniCEUB; Universidade Cândido Mendes; Amil.**

A relação dos nossos conveniados não pára por aí. A ANAUNI está estudando a oportunidade de parcerias em outras áreas, como entidades de previdência privada, academias, hotéis, farmácias etc.

Confira no *site* www.anauni.org.br maiores informações sobre os serviços prestados por nossos conveniados, as vantagens para os associados e a inclusão de novos parceiros.

Plano de Saúde de livre-escolha

E a ANAUNI protocolou ofício, junto à AGU, solicitando que o custeio da assistência à saúde fosse estendido a todos os servidores, inclusive aos que não optaram pelo plano oficial, oferecido pela AGU. A ANAUNI entende que a implantação da modalidade de livre-escolha do plano de saúde justifica-se pela necessidade de cumprimento do fiel tratamento isonômico com os demais servidores públicos, como os funcionários dos Ministérios da Fazenda e da Justiça, que recebem o ressarcimento parcial do plano independentemente da empresa escolhida.

ANAUNI inaugura nova sede em Brasília



Diretores se reúnem na nova sede

A Associação Nacional dos Advogados da União está funcionando em novo endereço em Brasília. Além de estar situado bastante próximo à sede da AGU, o local oferece mais espaço para desenvolvimento das atividades da Associação, realização de reuniões da Diretoria e para atendimento aos associados.

Anote o novo endereço da ANAUNI:

CLSW 303 Bloco B Sala 55 - Ed. Rhodes Center III
Setor Sudoeste Brasília/DF - CEP.: 70673-622
Tel/Fax: (61) 344-4386